

SOBRE A IMPORTÂNCIA DE CONTAR ESTÓRIAS (“STORIES”).

**ALGUMAS NOTAS PRELIMINARES SOBRE A FORMA COMO
TIM INGOLD SUBVERTE A MANEIRA COMUM DE EXPLICAR O
PROCESSO DO CONHECIMENTO**

por

Vítor Oliveira Jorge*

Resumo

Comentário sumário de um capítulo de obra recente de Tim Ingold sobre o problema da “*transmissão cultural*” vista à luz de uma muito peculiar “*filosofia*” do autor, que urge estudar mais profundamente e inserir no contexto do pensamento crítico contemporâneo, com a atenção que ela merece.

Palavras-chave

Modelo genealógico

Estória

Pensamento crítico

Abstract

Summary comment on a chapter of a recent book by Tim Ingold on the problem of “*cultural transmission*” seen in the light of a very peculiar “*philosophy*” of the author. I argue that it is urgent to study that “*philosophy*” more deeply in the context of contemporary critical thought, with the attention that it deserves.

Keywords

Genealogical model

Story

Critical thinking

* *Professor aposentado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador integrado do IHC – Instituto de História Contemporânea. (vitor.oliveirajorge@gmail.com).*

O livro do antropólogo britânico Tim Ingold – sem dúvida, um dos autores mais fascinantes deste vasto domínio a que convencionámos chamar antropologia, na atualidade... para não dizer o autor mais fascinante, o que parece dogmático, ou demasiado assertivo – *“Being Alive. Essays on Movement, Knowledge and Description”* (London, Routledge, 2011) – reúne uma série de estudos realizados na primeira década do nosso século. Assim como o já clássico *“The Perception of the Environment”* (London, Routledge, 2000) agrupava uma vasta série de outros trabalhos datando da última década do século XX. É impossível, hoje, “passar” pela antropologia – no seu sentido mais alargado – como se o contributo incontornável do Prof. Tim Ingold não existisse.

Tal como todas as obras de grande importância, a de Ingold transcende o seu campo disciplinar. Isto é, estamos perante um trabalho de reflexão que tenta *“ir à raiz dos problemas”*, e portanto, obrigatoriamente, serve-se amplamente da filosofia e tem profundas implicações filosóficas. Como todos bem sabemos, estas barreiras disciplinares são convenções históricas, contingentes - e frequentemente servem sobretudo para defender campos de saber/poder/emprego, etc. , sob a desculpa de autoproteção relativamente aos autodidatas ou ensaístas superficiais.

Dada a originalidade do raciocínio materialista (e profundamente influenciado pela fenomenologia, nomeadamente pelo pensamento de Heidegger, sem esquecer a influência marxista e a profunda marca das ciências naturais...) de Ingold, a forma muito pessoal como foi conjugando a prática de *“antropólogo de terreno”* com as questões radicais de qualquer pensamento sobre o *“homem”* a *“sociedade”*, e o *“ambiente”*, não é fácil caracterizar a sua postura.

Ingold é simultaneamente um estudioso que se posiciona numa certa *“periferia”* (desde a primordial escolha da área do extremo Norte da Europa como local de trabalho de campo, até à da sua instalação na Universidade de Aberdeen, na Escócia, aparentemente longe dos grandes centros...) e todavia é cada vez mais reconhecido mundialmente em muitas áreas do saber, o que não só é inteiramente merecido como corresponde à extrema ambição do seu projeto intelectual, aliás conjugada com uma postura pessoal de grande atenção à argumentação dos outros.

Trata-se na sua obra, afinal, de responder às perguntas que deveriam ser incontornáveis para todo o ser humano e, em particular, para todo o *“cientista”*, social ou não. Que significa viver? Que significa ser-se humano e qual a nossa relação com o mundo e com os outros seres? Que significa conhecer, aprender? Como podemos ultrapassar as barreiras artificiais que o pensamento ocidental impôs ao nosso raciocínio/ação, ao criar toda uma série de dicotomias que parecendo escolhos a uma perspectiva mais correta, mais realista, são também teimosamente recorrentes em todo o nosso discurso?... Quais as consequências no mundo real da maneira de pensar e de atuar do Ocidente, colonizador e dominante? Etc.

Aqui proponho-me apenas analisar o capítulo 13 daquele livro *“Being Alive”*, intitulado *“Stories against classification. Transport, wayfaring and the integration of knowledge”* (pp. 156-164) - muito embora, obviamente, ele só ganhe inteira significação no conjunto do livro e da obra que o autor vem metodicamente construindo.

Vou seguir este capítulo *“pari passu”*, tentando ser rigoroso, mas sem qualquer particular pretensão de originalidade, e utilizando tantas vezes as próprias palavras de Ingold (cuja forma de exposição é de uma economia e concisão extremas, dificultando o resumo), mesmo se não são apresentadas como citação; desde já deixo aqui esse *“aviso”*, para que o meu articulado não possa ser confundido com um plágio. Não visa originalidade; são antes notas de um mero *“estudante”*... condição permanente que reivindico para mim próprio em todos os domínios da vida, e particularmente neste (antropologia), que não é o meu domínio de licenciatura/doutoramento.

O autor usa aqui, neste texto, um método que lhe é típico: começar por expor o mais rigorosamente possível uma série de ideias alheias, e que muitas vezes entraram no consenso, parecendo-nos praticamente óbvias, para logo de seguida lhes ir contrapondo as “*suas alternativas*”, dele Ingold, normalmente nos antípodas das primeiras. Assim se tem vindo a criar todo um “sistema Ingold” de encarar os grandes problemas que nos preocupam, que é inconfundível. Sigamos então, naturalmente esquematizando-o e simplificando-o quanto possível, o raciocínio do autor.

Segundo aquelas noções mais espalhadas de senso comum, o ser humano caracterizar-se-ia (ao contrário dos outros animais, movidos pelo instinto, ou seja, algo de inato) por um desfasamento entre o seu corpo e o sentido a dar à sua vida; esse desfasamento seria preenchido pela “*cultura*”, um conjunto de “*linhas de orientação*” adquiridas, transmitidas de geração em geração. O modo de aquisição dessa cultura seria “*instrutivo*”, ou seja, corresponderia a uma série de “*programas*” inculcados no indivíduo, cuja aprendizagem seria assim totalmente diferente do modo “*eletivo*” com que os outros animais respondem ao seu “*meio*”. Esses “*programas*” confeririam aos seres humanos “*capacidades*” que iriam sendo concretizadas (preenchidas) ao longo da vida (sobretudo nos seus começos) por “*conteúdos*” culturais variáveis consoante o tempo e o lugar. Sendo assim, os seres humanos herdariam geneticamente essas “*capacidades*” – que seriam as que lhes permitiriam à partida, como humanos, acolher os conteúdos culturais por meios não genéticos. Através da aprendizagem por observação, imitação, etc., dos mais experientes, cada ser iria obtendo as representações mentais condutoras do seu próprio comportamento.

Quer dizer, tanto no plano genético como no plano cultural, a reprodução assumiria a forma de “*transmissão*”. Biologicamente, a informação transmitida estaria codificada no material genético; culturalmente, como diz o autor (p. 157), “*em palavras e símbolos*”. A descodificação dessa informação, em ambos os planos, seria independente dos contextos ambientais específicos de cada caso/indivíduo. Portanto, no plano cultural dar-se-ia um fenómeno análogo ao que preside, em biologia, à distinção entre o genótipo e o fenótipo. Haveria uma “*cultura-tipo*” (equivalente ao genótipo) que, por um processo de “*instrução*”, passaria o conteúdo informativo da mensagem cultural aos iniciados. E, por outro lado, dar-se-ia o equivalente ao fenótipo, ou seja, o comportamento resultante da aplicação a condições ambientais específicas de representações transmitidas; por outras palavras, o funcionamento efetivo do conhecimento.

Este modelo, a que Ingold chama “*genealógico*”, assume assim que a constituição dos indivíduos seria definida genética e culturalmente “*independentemente e anteriormente à sua vida, através da outorga de atributos pelos seus antecessores.*” (p. 157). Portanto, esse conhecimento seria importado para os contextos concretos em que cada ação dos iniciados se processa, quer dizer, pré-existiria a essa ação, sendo assim obrigatoriamente “*categórico*”; ou seja, consistiria no “*isolamento de fenómenos discretos, como objetos da atenção, a partir dos contextos em que ocorrem e na identificação de tais objetos como pertencendo a um determinado tipo, na base de atributos intrínsecos, que não variam de contexto para contexto.*” (p. 158). Isso quer dizer, para o autor, que o conteúdo da mensagem cultural, transmitida de geração em geração por meios não genéticos, é equivalente a um sistema de classificação, implicando um conhecimento conceptual.

Para viver, precisaríamos a cada momento de saber com o que estamos a lidar, e esse saber dependeria da nossa capacidade de integrar os objetos que surgem ante nós numa classe de objetos com as mesmas características, quer dizer, de “*captar a ideia*” (o conceito) em causa. Portanto conhecer é integrar os dados da experiência numa ordem “*vertical*”, do mais concreto ou específico para o mais abstrato ou geral. Ou seja, o modelo genealógico e o sistema taxonómico (em árvore, de modo hierárquico) vão a par e reforçam-se mutuamente.

“[O modelo genealógico] assume – escreve Ingold (pp. 158-159) – que o conhecimento que recebemos dos nossos antecessores, e que nos permite funcionar, contém um sistema de conceitos que nos permitem classificar os objetos que encontramos no mundo. O outro [o projeto classificatório] visando classificar as coisas vivas (incluindo os seres humanos) em termos de atributos transmitidos, converte a taxonomia resultante numa genealogia.”

É a este modelo genealógico, que nos prende, segundo o autor, a uma visão inadequada do modo como vivemos, que o autor contrapõe a sua perspectiva, segundo a qual o conhecimento está associado a “estórias” (“*it is storied*”).

Para chegar a essa ideia, o autor refere-se de novo ao contraste entre dois modos de entender a formação do conhecimento, abordando portanto segundo outro ângulo o mesmo contraste que vem estabelecendo.

Do primeiro modo resulta uma homologia entre estruturas da mente e estruturas do mundo; o conhecimento apresenta-se como um conjunto de representações mentais que, através de um “*mecanismo de replicação*” (p. 159), passam para a mente individual antes mesmo do indivíduo começar a interagir com o meio. Ou seja, por outras palavras, “(*...*) o conhecimento é integrado (*...*) ajustando elementos particulares isolados encontrados aqui e ali a estruturas categóricas cada vez mais gerais (*...*)” (p. 160).

Este tipo de modelo, genealógico, visando perceber como se dá a transmissão de informação complexa e classificada, está muito ligado à corrente dominante da psicologia cognitiva: como diz Ingold, tudo “(*...*) começa com um objeto existente no mundo e acaba com a sua representação na mente.” (p. 159); há uma correspondência entre o mundo e a sua representação mental.

No segundo modo, ao contrário, o conhecimento não é tanto algo que se possui (e depois se aplica na ação) como algo em processo, intimamente ligado à prática, quer dizer, que se aprende pela própria ação. Este segundo modo, em que está em causa um processo imanente à vida e à consciência, à prática do ser como um “*ser-no-mundo*”, é aquele a que adere Ingold.

Escreve ele (p. 159) que “(*...*) longe de ser copiado, ‘*ready-made*’, na mente antes do seu encontro com o mundo, o conhecimento está perpetuamente ‘em construção’ dentro do campo de relações estabelecido através da imersão do ator – daquele que apreende num certo contexto ambiental. O conhecimento, nesta perspectiva, não é transmitido como uma estrutura complexa, mas é o produto de um processo complexo em constante emergência. Não é replicado, mas reproduzido.”

A vida e o pensamento, acentua Ingold, não têm um começo e um fim bem definidos, mas, tal como uma “estória”, estão sempre “em continuação”... ligados à circulação no meio, ao movimento. “(*...*) *Movimentar-se é conhecer*.” (p. 160) Mas nesse movimento não está implícito um simples transporte de uma realidade individualizada, fixa, de um local estável para outro, de acordo com uma matriz hierárquica e classificatória, como se poderia deduzir da primeira visão acima referida. Antes, tal como numa “estória”, o conhecimento é integrado ao longo de uma linha – “*alongly*”.

Assim, segundo a primeira noção de como se adquire conhecimento, classificatória, os elementos particulares, ou características intrínsecas, são considerados independentemente do contexto em que ocorrem. Ao contrário, de acordo com a segunda noção, tal como numa história (no sentido de “estória”), é o próprio contexto que permite identificar cada elemento.

A primeira noção é de ordem explicativa, ou seja, as coisas têm uma natureza que as suas relações mantêm intacta; enquanto que a segunda noção é de ordem implicativa, quer dizer, “(*...*) nós só compreendemos a natureza das coisas tomando em conta as suas relações, ou por outras palavras, contando as suas ‘estórias’.” (p. 160) As coisas deste mundo, acrescenta Ingold, “são as suas estórias”; elas não existem, mas antes “ocorrem” (p. 160).

Assim, conhecer alguém ou alguma coisa é conhecer a sua “estória”, é ser capaz de juntar essa “estória” à sua própria [de quem conhece] (pp. 160-161). E acrescenta: “*Contar uma história é relatar, em narrativa, as ocorrências do passado, trazendo-as para a vida no presente vivido dos que escutam, como se estivessem a acontecer aqui e agora*.” (p. 161). Assim, por exemplo, numa “estória” contada por uma pessoa mais experiente a um conjunto de aprendizes, estabelece-se uma relação que não consiste em conectar entidades pré-estabelecidas, “*mas em voltar a traçar um caminho no terreno da experiência vivida*.” (p. 161).

Esta relação não é assim uma transmissão, em que por exemplo tantas vezes se baseia o nosso

ensino. É um processo sem princípio nem fim. É nesse movimento perpétuo, de sítio para sítio, de assunto para assunto, que o conhecimento é integrado (p.161).

É muito interessante verificar quanto esta “*filosofia do movimento*” e da experiência contínua, sensível e confundida com o próprio fluxo da vida, quer dizer, de um processo aberto e imparável, em que a própria realidade das coisas só emerge no seio de um processo de circulação – acrescento eu – lembra bastante o próprio movimento de capitais na sociedade moderna, particularmente hoje com o universo digital e informático em que vivemos imersos.

O conhecimento não é pois transmitido, porque é um processo aberto que faz apelo à rememoração (quer dizer, a uma certa “*espontaneidade*” com que as coisas se encadeiam nas narrativas) e não à memorização de entidades fixas. Como acontece com a linguagem... em suma, o conhecimento não consiste numa questão de quantidade (o quanto se sabe), mas de qualidade (o quão bem se sabe, e, sabendo-se bem – por experiência feita, diria – sabe-se contar). O “*bom professor*”, se me é permitido acrescentar, será então o bom contador de uma “*estória*”, que em última análise se confunde com a sua vida, a sua experiência, e se cruza com outra(a) “*estória(s)*”, a(s) do(s) seu(s) aprendiz(es) ou aluno(s). Saber, diz Ingold, “*(...) não é representar o mundo, mas traçar nele um caminho que outros possam seguir*” (p. 162), através de um processo de “*redescoberta guiada*”. Este seguir de trilhos, de caminhos, através dos quais se cresce para o conhecimento, e o conhecimento se processa, é o que Ingold chama um processo de viagem a pé, ou seja, de caminhada [“*wayfaring*”].

Longe de ser o pôr em prática de um “*modo de vida*” pré-estabelecido, esta caminhada, este movimento é um processo de crescimento para o conhecimento. Não se trata pois de transportar seja o que for, ou de se transportar de um lado para outro, como uma entidade móvel com uma identidade bem determinada, ao modo do modelo genealógico. “*Na caminhada, pelo contrário, as coisas ocorrem no mundo como caminhos do seu próprio movimento, não como objetos localizados no espaço.*” (p. 162). Repare-se como esta ideia dilui totalmente as categorias do pensamento comum.

Ingold inventou um termo para definir o modo como os caminhos assim se traçam no mundo, não como linhas ligando pontos bem definidos, quer no sentido hierárquico (em árvore, do particular para o geral) quer no sentido lateral (em rede): “*meshwork*”, ou seja, estamos perante um traçado indefinido, em malha complexa, em que se imbricam intermináveis “*estórias*”, e que escapa quer às imagens classificatórias quer às que se apresentam em rede.

O autor refere em seguida como nas correntes dominantes da biologia o conceito de unidade da vida é essencialmente genealógico: cada ser está mais ou menos relacionado com os outros através de linhas de descendência, a partir de antepassados comuns. À luz desta concepção a vida apresenta-se integrada numa matriz de classificação (no quadro do que se designa “*biodiversidade*”, um conceito que Ingold recorrentemente critica) em que “*(...) cada indivíduo é ligado a um táxon específico (espécie, género) na base de atributos encobertos, compreendendo o genótipo, o qual se considera que o indivíduo possui antes da sua expressão fenotípica no ambiente do mundo real.*” (p. 163).

Quer dizer, cada organismo é separado, isolado, do complexo e particular universo de relações em que concretamente vive, para ser integrado numa grelha abstracta, a qual assume graficamente a forma de diagrama em árvore, e em que o ser aparece perfeitamente classificado e “*arrumado*”, assim se compondo o quadro da unidade do mundo.

E, para o modelo genealógico, “*(...) aos diagramas em árvore da filogenia evolutiva, representando a unificação vertical da vida no eixo do tempo, correspondem as imagens globais da geografia física, representando a integração lateral de localizações dispostas no espaço.*” – um espaço “*contínuo, homogéneo e finito*” (p. 164). Concepção biológica da vida como árvore (articulada com a oposição entre o particular e o geral), concepção geográfica do mundo como um globo (articulada com a oposição entre o local e o global): duas imagens que se correspondem mutuamente.

Esta associação dos conceitos de árvore e de globo no modelo genealógico só se entende melhor lendo o cap. 12 do livro do mesmo autor, já no início referido, “*The Perception of the Environment*” (pp.

209-218), intitulado “*Globes and spheres. The topology of environmentalism*”. Se a ideia da esfera, de um horizonte do espaço vivido que aparece sempre com um contorno circular, aponta para a imersão do sujeito no seio de um âmbito vivencial (sempre a influência do “*Dasein*” de Heidegger, recorrente...), já a de globo corresponde à noção de uma realidade geográfica vista de fora, ou seja, de um espaço possuído, dominado, pelo homem moderno, armado com o seu equipamento tecnológico, contraposto às cosmologias do homem tradicional ou arcaico. Ou seja, ao passar-se da representação da esfera para a do globo está a “(...) *privilegiar-se uma ontologia global de distanciação em relação a uma ontologia local de engajamento.*” (“*Perception...*” p. 216).

E Ingold conclui o breve mas densíssimo texto, que tenho estado a apresentar praticamente seguindo as palavras do autor – realmente perturbante e extremamente inteligente em tudo o que escreve – voltando à questão do “*inato*” e “*adquirido*”. E contesta mais uma vez o modelo genealógico, tanto no plano “*cultural*”, como no “*genético*”.

Por um lado, a transmissão de conhecimentos, a sua “*importação para contextos de desenvolvimento*” (p. 164) não pode basear-se em “*estórias*”, porque estas são ininteligíveis fora dos seus contextos concretos. Por outro lado, nunca se determinou o modo como cada novo organismo poderia, antes do seu próprio crescimento, copiar a informação que supostamente existiria ao nível do genótipo correspondente.

Quer dizer, tanto a um como a outro nível – para aceitar essa dicotomia convencional – o importante é o processo de crescimento da pessoa-organismo num dado ambiente: corpo e mente emergem ao longo do processo, não estão pré-definidos como tais.

E Ingold conclui: “*Se há uma diferença (...) entre seres humanos e animais não-humanos, ela reside (...) na habilidade peculiar ao humano para entretecer “estórias” do passado com a textura das vidas presentes [= para “entremear” umas nas outras]. É na arte de contar “estórias”, e não no poder de classificação, que em última análise reside a chave da inteligibilidade – e consequentemente da cultura – humana.*” (p. 164).

Analisado que foi este notável articulado (que obviamente o leitor tem necessidade de ler também, pois aqui está dado de forma muito parcelar), algumas linhas de força é possível destacar.

O autor esforça-se por contrariar a noção de conhecimento como sendo constituído por um sistema de conceitos, isto é, de ideias que correspondem a classes de objetos que partilham as mesmas características, ou seja, de abstrações obtidas a partir do mundo experienciado fenomenologicamente. Tais objetos são isolados previamente como elementos recortados do contexto em que ocorrem; ou seja, é assumido que objetos de um mesmo tipo partilham características que são invariantes, independentes dos vários contextos em que tais objetos aparecem. Este processo de “*isolamento do contexto*” é, por assim dizer, o “*pecado capital*” da nossa forma de pensar.

Todo o esforço do autor é conduzido pela pulsão de voltar a unir o desunido, voltar a juntar o separado pela nossa “*razão enganadora*”, voltar o mais possível à “*verdade da experiência*” concreta para descartar o mais possível as estruturas ilusórias que enformam o nosso modo de pensar: como que uma tentativa radical de encontrar a insofismável, limpa, clarividente “*verdade do mundo*” antes de nele entrar o nosso “*modo habitual de o conceptualizar*”, iludindo-nos, mantendo-nos no erro estruturante da nossa própria convicção.

É o antropólogo dobrado de filósofo que fala: busca de “*outra forma de abordar a realidade*” associada a uma refundação do próprio raciocínio, que está sempre presente em qualquer filosofia digna desse nome: cada filosofia busca ir “*aos princípios*”, é sistemática, reformadora, refundadora no sentido mais radical que o termo pode ter.

Um outro aspecto importante é a maneira esquemática (ilustrada aliás por um diagrama, p. 158, fig. 13.1- adaptado abaixo – Fig. 1) como o autor apresenta a articulação, nesta nossa forma habitual de pensar, genealógica, de duas formas de conceber a transmissão ou herança, incluindo a do conhecimento. Uma geração transmitiria a cada componente da geração seguinte (círculo interior, mais claro) um genótipo

(G) e uma cultura-tipo (C): esses elementos replicados, ou copiados, em articulação, constituiriam a base com que o indivíduo, enquanto fenótipo (F- círculo exterior, mais escuro), viveria no seu meio-ambiente (A) (ver Figura 1).

A crítica deste modo de conceber a história dos seres vivos, e dos humanos em particular, atingindo portanto a biologia e a antropologia mais comuns, levanta questões filosóficas (ontológicas e epistemológicas) vastíssimas. Creio que faz falta uma (ou mais) obras de reflexão sobre o conjunto da obra do autor, para se poder discutir criticamente o seu contributo para uma “*refundação*” das ciências que tomam o homem e a sociedade como objeto.

Ingold faz parte daquele tipo de pensadores que tenta, o mais possível, não cair em sistemas de interpretação que isolam o ser humano da sua experiência mais básica, e portanto do meio e dos outros seres. Percebo a sua intenção, profundamente impregnada de desejo de ver claro, de limpar as excrescências que o pensamento metafísico ocidental foi criando, afastando-nos conceptualmente da experiência sensível, empírica.

Mas por vezes pergunto-me se o seu peculiar materialismo, sendo certo, mesmo genial, em muitos aspectos, não será algo redutor, abstrato, não dando todo o relevo que deveria à subjetividade, à irreduzibilidade radical de cada pessoa, não considerando suficientemente a complexidade específica do humano – e também ao nível das relações sociais, que ele conhece todavia tão bem, pois é clara a sua matriz marxista e a sua enorme experiência como investigador e pensador da antropologia.

Ingold não aprecia de todo o contributo da psicanálise. Ora, se há pensador que, para além de Marx, deixou um rasto inapagável, foi Freud, sendo incontornável mesmo quando se discorda dele. A pergunta, assim muito básica, é: pode entender-se o ser humano, a partir de Freud, sem a consideração do inconsciente? Sem a importância desse conceito fundamental da “*pulsão*”, a que um pensador contemporâneo esloveno, Zizek, apoiado em Lacan, Marx e Hegel (cf. “*Menos que Nada*”, São Paulo, Boitempo, 2013), tem dado tão central importância, como uma das grandes “*descobertas*” do século XX? ...

E, por fim, o pensamento muitas vezes em estrutura de lógica binária de Ingold, na sua vontade de esquematizar, de encontrar alternativa ao modo mais comum de ver as coisas (não é assim que se deve pensar, mas deste outro modo) parece evitar uma outra herança, que é a da dialética. Não seria interessante incluir essa tensão, sobretudo hoje em dia que se está reabilitando Hegel, durante muito tempo evitado como sendo o pensador da totalidade (e logo associado a totalitarismos...)? Pode um pensamento certo estar, hoje, do lado da “*quietude*”, da procura de uma espécie de harmonia ou verdade original... mesmo que extraordinariamente elaborada, crítica, ou inteligente, ou deve estar antes do lado da irrequietude? Ora a irrequietude, se me é permitida esta palavra, resulta sempre da tensão entre polos, e nesse sentido a redução à unidade do consenso é menos interessante do que a multiplicidade (ou pelo menos dualidade) do dissenso. Ingold procura diluir todas as dicotomias – mas às vezes pergunto-me se o que é preciso fazer não é usar certas dessas dicotomias, ou polos opostos, obviamente convencionais e esquemáticos (a nossa cultura baseia-se demasiado em lógicas binárias, dicotomias simples), numa reflexão que promova precisamente a tensão e a possível ruptura do sistema em que elas se integram, e que tem uma tradição secular.

Mas aqui já estamos em pleno campo da opção ideológico-política de cada um de nós, pois não há ciência neutra, como Ingold muitíssimo bem sabe, mas sempre um conhecimento que é “*fabricado*” no determinado contexto, e tem implicações sociais, mais cedo ou mais tarde, por muito distanciado que pretenda/deva ser. E o modo de intervenção intelectual do autor é tudo menos distanciado – façamos-lhe justiça – é antes altamente interventor e perturbante, e qualquer “*revolução*” (ou mudança de paradigma, para usar o termo de Thomas Kuhn) tem de passar por aí, isso é óbvio: por desconstruir os quadros do senso comum que é a base da crença partilhada, da sustentação do laço social em torno do “*status quo*”,

ou seja da ideologia que nos aliena. E, entre linhas, ou em certos textos mais explícitos, que aliás são frequentes, percebe-se bem a inquietação do autor relativamente ao estranho mundo em que vivemos.

Ingold tem todo o direito a pensar como pensa, e à nossa imensa gratidão pelo seu labor enorme. Mas até para o situarmos melhor no quadro do pensamento antropológico e filosófico contemporâneo (há um sistema de pensamento “Ingold”, que é indubitável), precisamos de lhe definir os contornos, as opções sempre subjetivas que cada autor faz e que definem o particularíssimo e sedutor “campo” que nos deixa entrever. Para entender essas “paisagens” que Ingold nos abriu, temos de continuar a lê-lo e a comentá-lo, com o respeito e desassombro que merece todo o verdadeiro grande investigador, algo de muito raro neste mundo. Pois o grande investigador é o que reestrutura os próprios pressupostos do seu campo de investigação, o que mina as crenças mais aceites e “indubitáveis” que convencionalmente o estruturam. A ciência, o conhecimento, é evidentemente uma realidade humana, viva, contingente, e não uma religião, uma campo fechado, ou uma rotina.

Loures, Junho de 2014

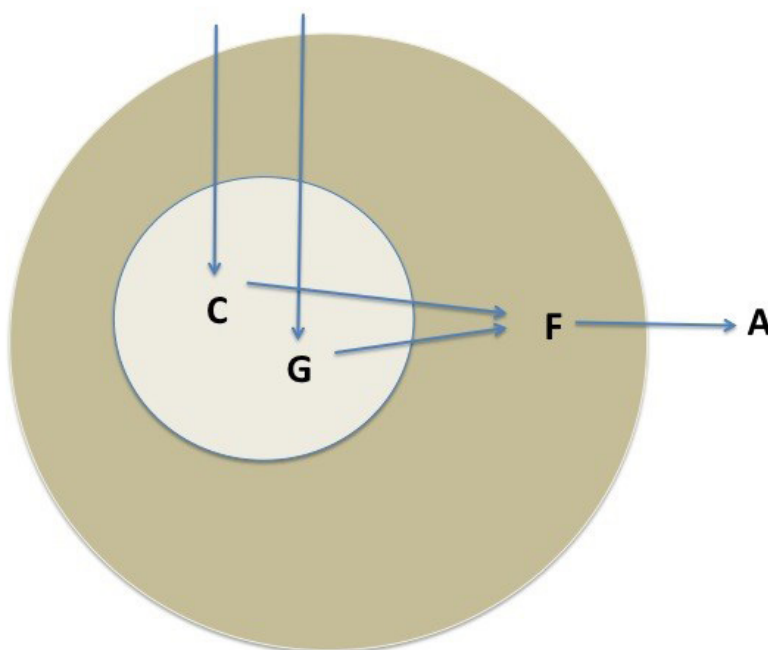


Figura 1 - Adaptada de Tim Ingold, *op. cit.*, 2011, p. 158.